PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 3263 ***MAP*** *–8 Maio 09*

Exma. Senhora
Secretária-Geral da Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1707/X (4ª) – DOS SENHORES DEPUTADOS JACINTO SERRÃO, MAXIMIANO MARTINS E JÚLIA CARÉ (PS).

Em cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, e tendo em vista dar resposta à Pergunta supra identificada, encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de remeter em anexo as informações recebidas dos Ministérios da Administração Interna e da Justiça.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - PORTUGAL * Telef: + 351 21 392 05 00 Fax: + 351 21 392 05 15

GABINETE DO MINISTRO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Entrada Nº 2867
Processo Nº
06/05/2009

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Ministro
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
E-mail	27 Março 2009	P.º 784/2009 N.º 1576	5 MAIO 2009

ASSUNTO: Centro Educativo da Região Autónoma da Madeira - Pergunta n.º 1707/X/(4.ª)

Em referência ao V. e-mail, de 27 de Março último, cumpre-nos informar que a Rede Nacional de Centros Educativos é, actualmente, constituída por seis centros educativos, que se encontram em funcionamento, a saber: o Centro Educativo Padre António de Oliveira, o Centro Educativo da Bela Vista e o Centro Educativo Navarro de Paiva, respectivamente situados o primeiro em Caxias-Oeiras e os outros dois na cidade de Lisboa; o Centro Educativo dos Olivais, situado em Coimbra, o Centro Educativo de Santo António, situado na cidade do Porto e o Centro Educativo do Mondego, situado próximo da cidade da Guarda.

A estes Centros Educativos acrescem três novas estruturas, ainda por abrir: o Centro Educativo situado no Lugar do Santo da Serra, na Madeira, o *Centro Educativo de Santa Clara situado em Vila do Conde, e uma unidade cedida* no âmbito de um protocolo celebrado com o Instituto da Acção Social dos Açores situada na Ilha de S. Miguel, próximo da cidade de Ponta Delgada.

AC/PS

Praça do Comércio 1149-019 Lisboa – Portugal Tel.:(351) 21 322 23 00 Fax: (351) 21 346 76 92 Home Page:http://www.mj.gov.pt

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

Na sequência de desinteresse manifestado pelo Centro de Segurança Social da Madeira, no sentido da celebração de Acordo de Gestão, assente num modelo de gestão partilhada de responsabilidades entre o Ministério da Justiça e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma da Madeira, a Direcção-Geral de Reinserção Social vai abrir um concurso. Este concurso, idêntico ao que se perspectiva para o Centro Educativo de Santa Clara, tem como intuito a gestão partilhada com entidades credenciadas e sem fins lucrativos que, observando os requisitos de qualidade exigíveis na gestão dos centros educativos, ofereça a garantia, o saber técnico e a experiência comprovada na intervenção com jovens delinquentes e na área da reinserção social e laboral desses jovens.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

(Rui Santos)

AC/PS

Praça do Comércio 1149-019 Lisboa - Portugal Tel.:(351) 21 322 23 00 Fax: (351) 21 346 76 92 Home Page:http://www.mj.gov.pt

GABINETE DO SECRETÁRIO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Entrada Nº 2805
Processo Nº
04.05.2009

S R

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GABINETE DO MINISTRO

Exma Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Exª
o Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento (A.R.)
1249 – 069 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA		DATA
		Of.	2004	30-04-2009
		Proc.	430/2009	040.05.06
		Reg.	2208	

ASSUNTO: **Pergunta nº 1707/x/(4ª) – AC de 24 de Março de 2009**
Perguntas ao Senhor Ministro da Administração Interna sobre Instalações da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma da Madeira

Em resposta à pergunta acima identificada, dos Senhores Deputados Jacinto Serrão, Maximiano Martins e Júlia Caré, cumpre esclarecer o seguinte:

O encerramento, em Fevereiro de 2007, da Esquadra da Camacha teve em conta que, na Região Autónoma da Madeira, a regra é a da existência de uma Esquadra por concelho. Verificava-se, no entanto, que o Concelho de Santa Cruz dispunha de duas Esquadras, uma na Camacha e outra em Santa Cruz, com a constatação de que a da Camacha se encontrava instalada em condições muito deficientes.

Justificou-se assim a opção da Direcção Nacional da PSP em concentrar, salvaguardando os níveis de actividade operacional no Concelho, os efectivos das duas Esquadras na Esquadra de Santa Cruz.

Torna-se agora necessário, para corresponder a este aumento de efectivos e de acordo com a avaliação técnica da Direcção Nacional PSP e da Direcção Geral de Infra-estruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna, a projecção de uma nova esquadra, a construir de raiz.

Para este fim, foi solicitada a contribuição da Câmara Municipal de Santa Cruz, que se dispôs a ceder um terreno para o efeito, estando neste momento já prevista a cedência de um terreno com cerca de 15.000 metros quadrados, que se revela amplamente suficiente

Praça do Comércio – 1123 – 802 Lisboa • Tel.: 21 323 20 00 / 30 00 • Fax: 21 346 80 31
E-mail: gabinete.ministro@mai.gov.pt URL: http://www.mai.gov.pt

para a construção de uma nova Esquadra capaz de comportar todo o dispositivo adequado à segurança policial do Concelho.
Neste momento decorrem contactos para a formalização da cedência do terreno, a que se seguirá a fase de projecção e elaboração de caderno de encargos para a nova instalação e o lançamento do procedimento necessário à construção da nova Esquadra, que terá a responsabilidade de policiar as freguesias de Santa Cruz, do Caniço e da Camacha.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Arménio Ferreira

AF/EL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

GABINETE DO MINISTRO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Entrada Nº 2964
Processo Nº
08/05/2009

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Ministro
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		P.º 2398/2008 Pasta A N.º 1635	8 MAIO 2009

ASSUNTO: Pergunta n.º 1707/X/(4.ª) – Obras previstas para Tribunais da Região autónoma da Madeira

Em referência ao V. e-mail, sobre o assunto acima identificado, cumpre-nos informar V. Exa. que estão previstas no planeamento e no PIDDAC do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P., para Tribunais da Região Autónoma da Madeira:

1. Funchal – Palácio de Justiça: está prevista a realização de intervenções em diversas vertentes, designadamente, a adaptação e remodelação de espaços após a saída prevista dos serviços da Polícia Judiciária para novo edifício, obras de conservação, instalação de AVAC e criação de acessibilidades. Foi celebrado um protocolo com o Município do Funchal, proprietário do edifício, nos termos do qual este dará apoio às obras de conservação. A dotação em PIDDAC prevista para 2009 é de 1.093.800 €.

2. Ponta do Sol – Palácio de Justiça: está prevista a realização de obras de conservação em 2010. Foram realizados contactos com a Câmara Municipal, com vista à eventual colaboração através de um protocolo, o Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P., ainda não dispõe de estimativa de custo das obras, aguardando-se resposta.

AC/PS

Praça do Comércio 1149-019 Lisboa – Portugal Tel.:(351) 21 322 23 00 Fax: (351) 21 346 76 92 Home Page:http://www.mj.gov.pt

3. Santa Cruz – edifício do Tribunal de Comarca: encontra-se prevista a realização de obras de conservação em 2010. Contudo, a Câmara Municipal propôs a construção de um edifício polivalente que, para além de outros serviços públicos, incluirá o tribunal. Foram fornecidos os programas e aguarda-se que o Município apresente uma proposta concreta de condições de cedência de espaços, custos, bem como o estudo prévio do edifício, para se tomar uma decisão sobre este empreendimento.

Não estão previstas intervenções nos tribunais de Porto Santo, São Vicente e outros Tribunais no Funchal.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

(Rui Santos)

AC/PS